

Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira

Pentecostal discourses around abortion and homosexuality in Brazilian society

Maria das Dores Campos Machado¹
Universidad Federal de Río de Janeiro
mddcm@uol.com.br.

Resumo

Esse artigo analisa as percepções das lideranças pentecostais sobre as transformações na ordem de gênero e as demandas de ampliação dos direitos humanos das mulheres e das minorias sexuais no Brasil. Dividido em cinco seções, apresenta inicialmente uma breve síntese do debate contemporâneo sobre a participação dos grupos religiosos na esfera política e algumas notas metodológicas sobre a pesquisa que deu origem aos dados aqui analisados. Na segunda seção, examina a visão predominante entre os dirigentes pentecostais brasileiros de que uma das mais importantes instituições humanas, a família, encontra-se seriamente ameaçada por corporações internacionais e movimentos sociais de caráter transnacionais, exigindo um ativismo político dos atores religiosos. Em seguida, discute as posições dos líderes em relação às reivindicações feminista de revisão da legislação sobre aborto no país. Na quarta seção, analisa as opiniões dos pentecostais sobre algumas demandas dos movimentos pela diversidade sexual que vem gerando grandes controvérsias na sociedade brasileira. À guisa de conclusão, apresenta o argumento de que a reconfiguração dos sistemas de valores dos grupos pentecostais tem gerado discursos diferenciados neste segmento religioso e favorecido as alianças com atores do campo católico.

Palavras-chave: discursos pentecostais; aborto; homossexualidade.

Abstract

This article analyzes the perceptions of Pentecostal leaders about changes in gender order and the demands for extension of women and sexual minorities human rights in Brazil. Divided into five sections, it presents at first a brief summary of the contemporary debate on the participation of religious groups in the political sphere and some methodological remarks on the research work which gave rise to the data reviewed herein. The second section discusses the dominant opinion among Brazilian Pentecostal leaders that one of the most important human institutions, the family, is seriously threatened by transnational corporations and international social movements, which requires a political activism from religious actors. Next, the opinions of leaders regarding the feminist claim for revision in abortion legislation in Brazil are discussed. In the fourth section, we review the opinions of Pentecostals on some demands of the movement for sexual diversity which are producing important controversies in Brazilian society. Finalizing, the article demonstrates that the reconfiguration of the value systems of Pentecostal groups has generated different discourses in this religious segment and encouraged alliances with actors from the catholic field.

Key words: Pentecostal discourses; abortion; homosexuality.

Introdução

O debate contemporâneo sobre a participação de atores religiosos coletivos e individuais nos processos políticos das sociedades democráticas tem revelado diferentes concepções de modernidade, secularização e laicidade, assim como da noção de razão pública². Essa polifonia de sentidos é resultado em parte das experiências históricas diferenciadas de modernização e construção do Estado liberal nas configurações sociais nacionais, mas também das posições normativas dos estudiosos sobre a sociedade democrática e às possibilidades de ampliação da justiça social nas mesmas. Nesse sentido, é possível identificar interpretações que associam a secularização e a laicização diretamente com os arranjos institucionais envolvendo o estado e as igrejas no interior das sociedades, assim como encontrar análises que distinguem as formas de ordenação jurídica das relações entre essas instituições com os processos de secularização das sociedades. Os primeiros tendem a assinalar as incoerências entre o pensamento religioso e a razão pública, defendendo o uso de argumentos unicamente políticos no debate público e no processo de justificação das normas. Já os que se inscrevem na segunda perspectiva tendem a aceitar a tese das modernidades múltiplas e dos modelos plurais de secularização (Eisenstadt 2001; 2008; Casanova 2008; Berger *et ali.* 2008), assim como a reconhecer as dificuldades de compatibilizar o princípio da autonomia e neutralidade do Estado com o princípio da liberdade individual de crer (Taylor 2011).

De qualquer forma, observa-se uma tendência de revisão das visões mais restritivas da participação das doutrinas religiosas no debate público, com importantes pensadores admitindo a convivência dos distintos sistemas de valores nas sociedades democráticas pluralistas, desde que os atores políticos “ofereçam razões que possam ser compreendidas e avaliadas para além de suas doutrinas particulares” (Rawls 1996) ou adotem a “clausula da tradução institucional” nos parlamentos, tribunais, governo e na administração pública onde contam somente argumentos seculares (Habermas 2007).

No Brasil, onde o avanço dos movimentos feministas e pela diversidade sexual se deu simultaneamente ao crescimento dos grupos tradicionalistas católicos e pentecostais, identificamos um campo de tensões entre setores religiosos e segmentos de ideologias seculares que pode ser utilizado para testar a plausibilidade de algumas destas teses que tentam diferenciar a razão pública das abordagens religiosas, sem excluí-las da esfera pública. O ativismo político de comunidades carismáticas e pentecostais nas disputas eleitorais, assim como a participação de autoridades religiosas no parlamento constituem experiências interessantes também para se pensar os desafios que os atores políticos religiosos e não religiosos enfrentam na construção de uma democracia pluralista.

Deve-se esclarecer que os dados dos três últimos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam mudanças na composição religiosa da população brasileira e a mais importante, sem dúvida alguma, resulta do acelerado trânsito de fiéis em direção aos grupos evangélicos³. Assim, enquanto a representação dos católicos na população brasileira declinou de 83,3% em 1991 para 73,8% em 2000, e para 64,6% em 2010, a dos evangélicos evoluiu de 9% para 15,6% e passou a 22,2% nesse mesmo período. Cabe mencionar que essa tendência ascendente resulta da diversificação e difusão do pentecostalismo, uma vez que, nas últimas décadas do século XX, os

integrantes desse segmento deixaram para trás os chamados protestantes históricos⁴ e atualmente representam 60% dos evangélicos.

De acordo com a literatura especializada, essa surpreendente multiplicação e diferenciação de grupos pentecostais está relacionada com a revisão da posição de apartamento da cultura e da política partidária brasileira que predominou durante grande parte do século XX. No campo da cultura, os analistas⁵ identificam entre as mudanças mais significativas a flexibilização dos usos e costumes, a adoção da teologia da prosperidade, a capacidade de selecionar e incorporar elementos da agenda política de movimentos sociais e os investimentos crescentes nos meios de comunicação eletrônicos⁶. No campo da política, os estudos⁷ salientam a aproximação dos atores religiosos com os partidos políticos, a ampliação da presença de líderes religiosas no legislativo e o interesse tanto pelas concessões de canais de televisão e de rádio quanto pelas parcerias com as agências governamentais na área da ação social⁸.

Segundo os dados do DIAP (2010), nas últimas eleições para o Congresso Nacional foram eleitos sessenta e três candidatos vinculados às igrejas evangélicas⁹ e quase duas dezenas desses parlamentares têm ou tiveram cargos nas estruturas eclesiais como bispos, pastores, diáconos e missionários. Os grupos desse segmento do cristianismo com maior representação na Câmara Federal são justamente os pentecostais que têm reagido de forma sistemática às mudanças na política de direitos humanos propostas, nos últimos dez anos, pelo governo federal com intuito de ampliar a cidadania dos setores femininos e homossexuais¹⁰. Uma importante iniciativa neste sentido foi o lançamento, em 2009, de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) que abordava temas distintos como: a criação de uma Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos na ditadura militar; a descriminalização do aborto; a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) etc.

Considerando os propósitos deste artigo, deve-se registrar que as propostas de revisão da legislação existente no campo do aborto e a criação de novos direitos para os segmentos LGBT amplificaram a tensão já existente entre os coletivos religiosos tradicionalistas e o governo, resultando num intenso “ativismo religioso conservador”¹¹ nos processos eleitorais de 2010 com duplo intuito: combater a candidatura de Dilma Rousseff, representante do PT na disputa pela Presidência da República e eleger o maior número possível de legisladores evangélicos para o Congresso Nacional. (Machado 2011).

Várias publicações¹² já analisaram como o capital religioso se transforma em capital político e quais são as consequências desse deslizamento entre as fronteiras das esferas política e religiosa para os parlamentares e para as igrejas. Aqui, interessa-me assinalar que os evangélicos representam pouco mais de 12% dos parlamentares com assento na Câmara Federal, portanto, não se pode atribuir a eles toda a responsabilidade pelas dificuldades de ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos no país. A Frente Parlamentar Pela Vida com atuação no Congresso Nacional é composta por políticos das mais diferentes tradições religiosas, alguns deles com trajetória política construída no Partido dos Trabalhadores e junto aos movimentos sindicais e de combate ao autoritarismo. A atuação desse coletivo expressa tensões e controvérsias em curso na sociedade mais ampla, o que faz com que qualquer tentativa de modificação da legislação existente no campo da moralidade sexual e do aborto exija uma grande capacidade de mobilização dos atores políticos favoráveis à descriminalização do aborto e ou simpatizantes dos grupos LGBT.

Os discursos analisados nas seções seguintes demonstram uma crescente articulação dos pentecostais com os católicos nas casas legislativas dos diferentes níveis

de administração política (federal, estadual e municipal), mas antes de examiná-los gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre a metodologia empregada na investigação que deu origem a este artigo. Trata-se de uma pesquisa coletiva e interinstitucional¹³ com objetivo de conhecer as posições de lideranças religiosas que fazem opinião pública no meio pentecostal em relação às questões sociais, políticas e econômicas no plano mundial e nacional. O leque de temas era bastante amplo e pretendia-se recolher as opiniões e iniciativas dos líderes nas áreas cultural (com temas como o aborto; homossexualismo; questões de gênero etc) e política (partidos, corrupção, eleições etc.).

Entre março de 2011 e abril 2012 foram realizadas entrevistas¹⁴ com cinquenta e oito lideranças que na ocasião da pesquisa desenvolviam atividades nas cidades de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas e Rio de Janeiro. Quase todos tinha cargo eclesiástico - pastores/as, missionários/as, bispos, presbíteros – e dezoito entrevistados do sexo masculino acumulavam ou haviam se licenciado de seu cargo na igreja para assumir uma cadeira na Câmara Federal, Assembleias Legislativas ou nas Câmaras Municipais das cidades listadas acima. Foram entrevistados também pastores que dirigiam instituições assistenciais e assessores políticos com atuação no Congresso Nacional. A maioria é pentecostal, mas também foram entrevistados alguns líderes de segmentos das igrejas históricas que se pentecostalizaram nas últimas décadas, como é o caso da Igreja Batista Renovada¹⁵.

Embora o processo de revisão do sistema de autoridade entre homens e mulheres esteja em curso em várias denominações pentecostais, com algumas igrejas abandonando a interdição feminina do sacerdócio, a distribuição por sexo dos entrevistados reflete a assimetria de gêneros existente na maioria das igrejas pentecostais e renovadas. Ou seja, o grupo estudado foi composto por cinquenta homens e oito mulheres. Sete dessas mulheres se declararam pastoras e uma era missionária. Duas pastoras haviam fundado as igrejas que dirigem atualmente, outras duas estavam assessorando pentecostais que atuam na política e uma havia exercido mandato como deputada estadual. Assim, embora o número de mulheres seja bem menor do que o dos homens, as entrevistadas são pessoas com grande projeção no segmento pentecostal.

Durante a pesquisa aconteceram vários embates entre os congressistas filiados à Frente Parlamentar Evangélica e o Governo Federal e isso fez com que muitos dos entrevistados acabassem por priorizar o exame das divergências do segmento religioso em relação à política proposta. No primeiro semestre de 2011, ocorreu o primeiro confronto com o lançamento do material didático do Ministério da Educação e Cultura para a inclusão do tema da diversidade sexual nas escolas. Em janeiro de 2012, ocorreu o segundo conflito quando o Ministro Chefe da Secretária Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, comentou no Fórum Social Mundial que as propostas de revisão na legislação do aborto não avançavam por causa dos evangélicos conservadores e que seria necessário travar uma disputa ideológica com esses setores para influenciar os grupos em ascensão na sociedade brasileira. Pouco dias depois, a presidente Dilma indicou a feminista Eleonora Menicucci para a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e essa indicação, juntamente com os comentários de Gilberto, reacendeu a discussão em torno do aborto. Estes três eventos influenciaram as entrevistas favorecendo a abordagem dos blocos de questões relacionadas às questões de gênero, direitos humanos, laicidade e sexualidade.

1.– A participação política: uma estratégia pentecostal na sociedade democrática pluralista

De acordo com Hefner (1998:83), embora a modernidade seja múltipla e cada tradição confessional seja singular, a globalização das sociedades de massas e o pluralismo poroso da contemporaneidade fazem com que todas as religiões enfrentem hoje o mesmo desafio: reconfigurar-se para se ajustar às formas de ordenação social em gestação. As respostas dos grupos religiosos a esse desafio variam, entretanto, em função dos recursos que cada coletividade aciona para se “encontrar com a modernidade”. (idem:95) Seguindo as teses de David Martin (1990), Hefner nos lembra que a explosão pentecostal na América Latina reproduz o fenômeno do florescimento do metodismo entre os setores pobres ingleses do século XIX, oferecendo oportunidades mais igualitárias do que aquelas encontradas na Igreja Católica e na sociedade mais ampla. Ou seja, o pentecostalismo latino-americano expressaria uma reconfiguração do protestantismo em países com propostas de modernização, mas marcados pelas desigualdades sociais e pelo autoritarismo político.

Tentarei argumentar neste artigo, que o processo de reconfiguração é contínuo e que o engajamento dos pentecostais na política brasileira pode ser interpretado como uma tentativa de se reinventar em um contexto social marcado, por um lado, pela hegemonia dos discursos dos direitos humanos e por outro, pelas disputas com a Igreja Católica, os grupos afro-brasileiros e os movimentos sociais feministas e pela diversidade sexual. Neste sentido, sugiro que as atuais experiências de reconfiguração não ficam restritas aos sistemas de valores das comunidades confessionais, mas atingem as próprias formas de atuação na esfera pública.

Deve-se esclarecer, entretanto, que o pentecostalismo é um fenômeno bastante plural e podem ser encontrados vários discursos sobre a modernidade, a política e a ordem social contemporânea nesse campo confessional e nas igrejas renovadas. Esses discursos expressam disputas não só de interpretações das relações de gênero e da sexualidade humana, mas de uma forma mais ampla, de distintos “programas de modernidades”, e devem ser analisados à luz dos diálogos cognitivos do ideário religioso com outros campos discursivos, como as ciências humanas, a psicologia, as perspectivas dos direitos humanos e mesmo com as ideologias dos movimentos feministas e pela diversidade sexual.

A análise das entrevistas revela a visão predominante, no meio pentecostal, de que o fenômeno da globalização incrementou as ameaças à família tradicional cristã e, conseqüentemente, amplificou os riscos de desestruturação moral da sociedade brasileira como um todo. Nesta construção, a ameaça vem de fora - das fronteiras territoriais nacionais, mas também do plano terreno -, encontrando na elite política tradicional e católica, assim como em movimentos sociais locais, uma forte guarida. Observa-se, assim, que parte das novas construções discursivas preserva a ingerência das forças sobrenaturais na ordem mundial e brasileira com intuito de instaurar o reino amoral do Anticristo na terra. Neste tipo de explicação, a atuação dos pentecostais na política e, mais especialmente, nas casas legislativas onde as leis são elaboradas e examinadas, seria também uma forma de enfrentamento nessa guerra “espiritual” que é a um só tempo local e mundial. Para os formuladores desse discurso, existe no mundo uma “cultura da morte” que vem sendo difundida, especialmente através do debate da legalização do aborto no interior das configurações nacionais e cabe aos cristãos conter essas tendências nocivas à ordem social brasileira.

Com a globalização, o mundo tornou-se uma aldeia e hoje a moralidade é imposta aos países. Você vê, por exemplo, a força que o sistema tem contra o Irã. Eu vejo como algo que é orquestrado, eu vejo alguém por trás e eu preguei muito isso na

eleição de 2010. Para mim isso é pauta do Anticristo, isso é uma pauta espiritual.
Deputado Federal Ronaldo Fonseca. (AD/ Brasília).

A maioria dos líderes enfatiza, entretanto, as ações orquestradas de instituições internacionais que estariam atuando com ajuda da elite política tradicional e dos movimentos sociais locais com o intuito de reproduzir a situação de dependência do país frente às sociedades desenvolvidas. Sugerindo uma conspiração contra a sociedade brasileira, os atores religiosos que acionam esse tipo de discurso também interpretam a atuação dos pentecostais na política partidária e nas casas legislativas como fundamental para a sociedade brasileira que pretendem construir.

O grande desafio afirmam os portadores deste tipo de narrativa é superar a discriminação existente ainda hoje no país em relação aos pentecostais. Assumindo o discurso de uma minoria que luta pelo seu reconhecimento na sociedade, esses entrevistados criticam o argumento dos movimentos sociais e dos setores seculares mais radicais de que o engajamento dos pentecostais compromete o caráter laico do Estado, lembrando a histórica participação da Igreja Católica na política nacional. O princípio da laicidade deve ser observado e o tratamento preferencial concedido à Igreja Católica deve ser combatido, mas não haveria na visão desses entrevistados incompatibilidade entre este princípio e a atuação de atores religiosos na esfera política.

A discriminação teria a ver também com a desqualificação da autoridade religiosa frente às outras formas de autoridade, como a jurídica e a médica. Nesta linha de interpretação, o argumento de que os religiosos não podem tratar e ajudar os homossexuais “desejosos de deixar a condição homossexual” é também uma expressão de discriminação aos pastores, bispos e ou missionários, pois o próprio Estado brasileiro desenvolve políticas na área de saúde sexual e oferece tratamento gratuito e intervenções cirúrgicas àqueles/as que querem mudar de sexo. O raciocínio implícito neste tipo de formulação é o de que em nome do saber médico e jurídico, o Estado e determinadas coletividades vêm restringindo a participação dos grupos pentecostais junto à sociedade mais ampla.

Essa percepção de que existe uma hierarquização das diferentes visões de mundo e uma crescente valorização da esfera jurídica na sociedade brasileira tem ampliado a circulação dos atores religiosos pentecostais por essa área com o intuito de fortalecer a posição do grupo nos embates travados na sociedade contemporânea. É preciso deixar claro que a circulação dos atores religiosos por outros campos de conhecimento não é propriamente uma novidade, mas o número de pastores e missionários com cursos nas áreas de psicologia, direito etc. parece estar se multiplicando. Fenômeno que pode estar relacionado com a mobilidade educacional dos setores que constituem a base social do pentecostalismo. Entretanto, parece interessante mencionar a constatação de que, para alguns entrevistados, essa circulação é vista como uma estratégia fundamental para a defesa da agenda política pentecostal na sociedade contemporânea.

A psicóloga e missionária Rosangela Justino contou em sua entrevista que decidiu se matricular num curso de especialização em Direitos Humanos na PUC do Rio de Janeiro depois das dificuldades enfrentadas com seus pares psicólogos¹⁶ e os coletivos LGBTT. Na ocasião da entrevista, essa missionária atuava no Congresso Nacional fazendo lobby junto aos parlamentares em nome dos cristãos.

Aqui no Congresso Nacional eu e o Padre Pedro temos ido de gabinete em gabinete, fazendo uma conscientização das leis abortistas, homossexualistas. E é muito interessante fazer esse trabalho porque em todo gabinete tem católicos e evangélicos. Então o Padre Pedro representa os católicos e eles

se sentem contemplados com a presença dele, e eu represento os evangélicos [...] Miss. Rosangela Justino (Igreja Batista/ Brasília).

Outra liderança feminina atuando junto aos políticos/as ou entidades e ONGs ligadas aos evangélicos é Damares Alves, pastora auxiliar da Igreja Evangelho Quadrangular. Filha de pastor, essa entrevistada relatou-nos que nos anos 80¹⁷, teve acesso à Teologia da Libertação, afastou-se de sua igreja de origem e atuou na Visão Mundial, desenvolvendo trabalhos sociais junto aos meninos de rua. Posteriormente, retomou os vínculos com a Quadrangular, tornou-se advogada e foi convidada a atuar como assessora parlamentar na Câmara Federal e consultora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica.

Nos últimos anos, Damares tornou-se mais conhecida nas redes sociais da internet porque trechos de uma de suas palestras integram o vídeo patrocinado pelo Fórum Evangélico de Ação Social e Política - “Sua família corre perigo, Cuidado!”¹⁸ – que foi amplamente utilizado pelos pastores, bispos e políticos do segmento evangélico durante o processo eleitoral para combater a candidatura de Dilma Rousseff. Nesse vídeo, temas como pornografia, pedofilia, prostituição, aborto, homossexualidade e a política de educação sexual dos dois governos Lula são apresentados como uma grande ameaça à família brasileira. No caso específico do aborto, a pastora enfatiza a ingerência de grupos estrangeiros e não religiosos nas políticas locais com o intuito de evitar o crescimento populacional e econômico do país.

De qualquer maneira, as redes transnacionais dos grupos cristãos vêm se ampliando e “nos últimos dez anos o relacionamento dos evangélicos que atuam na política brasileira com os movimentos Pró-Vida dos Estados Unidos tornou-se bem mais forte”. O que acabou por abrir brechas para o estabelecimento de laços com católicos brasileiros responsáveis pelas ações desses movimentos no Brasil¹⁹. Retomarei o tema da articulação dos evangélicos tradicionalistas com os católicos à frente. Aqui gostaria de explorar um pouco mais a percepção da liderança pentecostal de que constituem um grupo de interesses na sociedade democrática e pluralista. Na fala de um dos entrevistados “o estado é laico, mas o povo é religioso” acrescentando em seguida, e, como qualquer outro setor da sociedade, os pentecostais têm “o direito de eleger representantes” para defender seus interesses nos poderes legislativo e executivo.

O Estado tem que ser laico, agora a igreja tem que lutar para permanecer, para fazer com que essas suas bandeiras sejam respeitadas e que norteiem, o máximo possível, os valores da sociedade. Porque, embora as pessoas possam ter liberdade de praticar qualquer tipo de ação dentro de uma sociedade cristã, nós temos que ter a responsabilidade e o direito de não permitir que aquilo se torne uma lei. Então, se você acha que você pode casar com animal, casar um homem com outro homem, mulher com mulher é um direito que cada um tem. Agora, que isso não torne uma permissão legal.” Robson Rodovalho. (Ex-Deputado Federal e bispo da Sara Nossa Terra/Brasília)

Sim, o Estado é laico, mas isso não impede que nós trabalhemos com o objetivo de conquistar cada vez mais espaço. Afinal, o nosso país é democrático e todo segmento tem o direito de colocar no Congresso aqueles que melhor representem a sua classe. Pr. Elias Castilho (Assembleia de Deus/Brasília).

Ocupar as cadeiras do poder legislativo em uma sociedade cada vez mais estruturada a partir das instâncias políticas e jurídicas é visto como uma estratégia ou um “instrumento de subsistência” para os grupos religiosos na contemporaneidade. “Se a igreja não tiver uma militância muito atuante, argumenta o bispo Rodvalho citado acima, ela vai ser banida, ela vai ser excluída da sociedade. Então eu não vejo outra opção de sobrevivência, senão a militância política.” A lógica política que guia os parlamentares pentecostais é de “contenção” e ou de “preservação do território”, dizem muitos dos entrevistados. Ou seja, nesta nova configuração discursiva, que pode ser identificada também em setores carismáticos das igrejas evangélicas classificadas como históricas, a crença no fim dos tempos não resulta em passividade política.

O que eu quero dizer é que tudo isso que nós estamos vivendo é uma preparação para o fim e por mais que a gente lute, a gente vai continuar fazendo essa contenção, ou pelo menos tentando fazer essa barreira de contenção contra as leis perniciosas que desestruturam a família e envergonham aquilo que nós cremos e a fé que nós professamos. De certa forma, está no contexto de final dos tempos, mas nós não vamos parar de lutar, eu não vou deixar de usar a tribuna, de escrever a respeito. Vanderlei Miranda (Deputado Estadual, Igreja Batista/BH).

A liberdade religiosa, a família e a defesa da vida humana encontram-se entre as principais temáticas da agenda política dos pentecostais, mas existe uma série de temas correlatos como: o combate ao aborto, à eutanásia, ao infanticídio, à união civil entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia, etc. Como qualquer outro grupo de representação de interesse na sociedade democrática pluralista, os entrevistados acham legítimo se organizarem em Frentes Parlamentares e estabelecerem alianças pontuais com os católicos para defender as posições das denominações em relação aos temas que integram essa pauta política.

Em termos weberianos, a expectativa predominante é que o político evangélico siga a “ética da convicção” na esfera política, como se pode observar abaixo.

Quando entrou na política, a igreja deixou de ter o olhar apenas religioso e se viu obrigada a tomar partido de coisas, e enfrentar as questões sociais. Então a participação política da igreja exigiu posições quanto ao aborto, contra o casamento e a relação homoafetiva. Quando os membros da igreja votam em seus candidatos hoje, eles têm consciência de que não estão votando numa pessoa, estão votando nas ideias defendidas pela igreja [...] O político tem que ter a visão de igreja na hora de argumentar, na hora de interferir, na hora de agir. Se eu pego uma pessoa em que ela está fora desse contexto também e seja apenas político, ela não saberá defender a igreja”. Pr^a. Auzeny Remigio. (Igreja Evangelho Quadrangular/BH).

Esse tipo de formulação demonstra que a reconfiguração em curso entre os pentecostais, especialmente aquela relacionada à atuação na política partidária e no legislativo brasileiro, segue uma via bastante peculiar desafiando as expectativas daqueles que, como Habermas e Rawls, atrelam a participação dos grupos religiosos na arena pública ao uso da razão pública. Para começar, essa liderança interpreta o legislativo como um espaço em que os diferentes grupos vão ser representados e defender seus interesses, mas onde as normas legais serão definidas em função dos sistemas de valores da maioria ali representada que é, no caso brasileiro, cristã. E

mesmo que se incorpore no debate parlamentar argumentos de natureza jurídica, psicológica, médica e de outros campos de saberes, tais argumentos estão a serviço da convicção do grupo pentecostal de que a sociedade não deve alterar as normas legais criadas a partir do modelo heterossexual de família. É o que veremos nas próximas seções.

2.- Aborto e as alianças com católicos tradicionalistas na sociedade civil e no Congresso Nacional

A literatura especializada indica posições diferenciadas entre os evangélicos com relação à interrupção voluntária da gravidez com algumas igrejas demonstrando-se mais flexíveis em relação à demanda dos movimentos feministas de revisão da legislação existente no país²⁰. Mesmo no interior do pentecostalismo, é possível identificar importantes lideranças, como Edir Macedo e o senador Marcelo Crivella, bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, que apresentam um discurso mais liberal em relação ao aborto (Machado 2000, 2006 e 2012). A visão predominante, entretanto, é bastante tradicionalista e, a despeito da grande competição com a Igreja Católica no recrutamento de fiéis e nas parcerias com as agências governamentais, tem possibilitado ações conjuntas entre atores religiosos dos dois campos do cristianismo na sociedade civil e no Congresso Nacional, como nos mostra o relato de Rosangela Justino.

Nós nos juntamos à rede Pró Vida e Pró Família, onde atuam instituições católicas e espíritas. A gente faz congressos, faz reuniões para estudar, para discutir e para se unir mais. Nas igrejas evangélicas, por exemplo, a gente não tinha a bandeira do aborto, mas hoje tem. Eu tenho feito cursos com os católicos de ajuda a mulheres que abortaram e também de prevenção ao aborto, assim, quando faço palestras dentro das igrejas, eu agora falo deste tema.

De acordo com o depoimento de Elias Castilho, secretário executivo da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional²¹, a política de aproximação foi uma iniciativa de católicos enviados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Um fato que teria favorecido essa política foi o parecer contrário, emitido em 2008, pelo então deputado federal Jorge Tadeu Mudalem²² a um projeto de lei com a proposta de suprimir do Decreto-lei nº 2.848, de 1940 o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. Tratava-se do *PL 1135/1991*²³ e o parecer do deputado pentecostal foi endossado pelos demais integrantes da Comissão de Seguridade Social e Família do Congresso Nacional.

As declarações desta liderança sobre a inclusão dos temas do aborto e da criminalização da homofobia nas eleições de 2010 reiteram a posição sobre o importante papel dos parlamentares evangélicos na preservação da moralidade pública e apontam para a importância das alianças interconfessionais.

Ficou notório nas eleições que o Brasil disse não às ações como legalização do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo. Foi todo um trabalho conjunto com a sociedade, sem excluir ninguém, porque nós queremos o bem de todos. Então, nas eleições presidenciais, realmente foi reconhecido pelo governo, que aí está, que a sociedade prefere a vida e a família composta de pai, mãe e filhos. O governo achava que ia ganhar no primeiro turno e aconteceu o contrário. Nós, juntamente com todos cristãos do Brasil - Igreja Católica e espírita-, mostramos que não! Que as propostas do governo teriam que mudar.

Neste discurso, a defesa da vida humana e da família heterossexual é apresentada como uma bandeira universal, ignorando as demandas dos setores feministas e homossexuais por mudanças na legislação brasileira. Ou seja, na visão dos formuladores deste discurso o fato da ordem social contemporânea comportar diferentes segmentos sociais e grupos de interesses não implica que o código de valores da sociedade ou a regulação legal tenha que ser distinta da moralidade religiosa. O que não significa que algumas formas de diálogos com as narrativas dos direitos humanos se desenvolvam na atualidade. E aqui nos aproximamos dos limites do processo de reconfiguração do pentecostalismo e da tensão entre os direitos dos diferentes grupos de pessoas que vivem na sociedade.

Como vários autores já demonstraram (Davies, 2012, Souza, 2009) as religiões não são necessariamente hostis aos direitos humanos e no caso do Brasil, setores católicos e evangélicos ligados à teologia da libertação tiveram uma contribuição importante na própria constituição de uma cultura desses direitos na sociedade civil e política (Freston, 2011). De qualquer maneira, existe um consenso na literatura especializada de que ampliação dos direitos humanos para o campo reprodutivo e sexual enfrenta uma resistência maior entre as religiões cristãs do que os temas da desigualdade econômica e da injustiça social e política. Os pentecostais com sua visão mágica do mundo e um sistema de crenças centrado na batalha travada entre Deus e o diabo pela conquista das almas humanas, apresentaram e ainda apresentam mais dificuldades do que os demais grupos evangélicos para dialogar com essa cultura centrada no reconhecimento das conquistas de direitos pelos indivíduos. De modo geral, enfatizam o direito da livre expressão religiosa e não concordam com as demandas dos movimentos feministas por maior autonomia e liberdade no exercício da sexualidade e na reprodução.

Seguindo uma lógica que pode ser encontrada em formulações teóricas dos primórdios do liberalismo, esses líderes pentecostais argumentam que os arranjos legais devem expressar os valores da maioria da população que é cristã. Este tipo de formulação demonstra que, a despeito de sentirem uma minoria discriminada pelos católicos, muitos entrevistados se identificam com aqueles no que se refere às tentativas de legalização do aborto por parte dos movimentos feministas. Não vou aprofundar no debate da tensão entre os direitos dos diferentes grupos de interesses na sociedade contemporânea, mas gostaria de lembrar que o direito da livre expressão religiosa pode e tem criado obstáculos para a conquista do direito do aborto por parte das mulheres, sejam elas cristãs ou não religiosas. De forma sintética, embora esses pentecostais tenham revisto suas posições tradicionais em relação à atuação na esfera política, relutam em aceitar o princípio da convivência democrática com os coletivos não religiosos ou que se encontram fora do espectro cristão.

De qualquer maneira, a maioria dos líderes entrevistados entende que os atenuantes previstos na legislação brasileira para a interrupção da gravidez na ocasião em que foram realizadas as entrevistas - casos de risco à saúde materna, estupro - devem ser mantidos. Entretanto, reforçando a tese de ausência de univocidade no campo pentecostal sobre a temática, foram identificados discursos dissonantes em relação à ampliação dos permissivos legais para os casos de aborto. As posições mais próximas das demandas do movimento feminista vieram de um pastor e um presbítero, ambos da Assembleia de Deus, Ministério Betesda, que tratam a questão do aborto como uma questão de saúde pública. A fala abaixo é do Pr. Ricardo Godim²⁴.

As opções religiosas devem fazer parte da esfera privada e devem orientar os nossos valores humanos e as nossas opções. Agora, as

condutas políticas têm que se dar num espaço laico e eu sou extremamente a favor do laicismo [...] Tem a convicção, aquilo que eu acredito, mas tem aquilo que é possível. Eu acho que muitas vezes o que eu acredito, deve ser negociado em vista daquilo que é possível. Então eu acho que algumas questões devem ser vistas pelo Estado laico como aquilo que é possível. Quer dizer, diante da mortandade de tantas mulheres não se pode simplesmente fechar os olhos por uma convicção pessoal e dizer ‘não é assim’. É preciso negociar essas questões”.

A trajetória desse entrevistado, assim como da outra liderança que reconhece a necessidade da descriminalização do aborto no país, inclui passagens por partidos políticos de centro e esquerda, ligação estreita com diferentes movimentos sociais, além de formação em cursos fora dos seminários pentecostais, experiências e valores distintos tanto da liderança da Igreja Universal, tida como mais liberal no tocante ao aborto, como da maioria dos dirigentes pentecostais que participam do debate público sobre essa temática. Ou seja, a pluralidade amplamente reconhecida na forma de organização, no campo doutrinário e mais recentemente no campo político, também começa a ser percebida no campo do aborto, a despeito do caráter minoritário dos grupos com visões diferentes. No caso da Universal, os líderes dispõem de um complexo midiático e de representantes nas casas legislativas, o que permite uma margem ainda que pequena de influência nas disputas políticas em torno da revisão da legislação sobre o tema em questão, mas as outras vozes dissonantes não apresentam os mesmos recursos para interferir no processo em curso. E, segundo o dirigente citado acima, alguns religiosos que se posicionam de forma mais liberal na mídia não religiosa, são excluídos dos meios de comunicação financiados ou vinculados aos grupos pentecostais.

Essas posições heterogêneas no campo do aborto foram interpretadas de forma negativa por Wilton Acosta - pastor da Igreja Sara Nossa Terra, que durante muitos anos atuou como presidente do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP)²⁵.

A unidade é difícil primeiro pela fragmentação partidária. Por falta de ter uma consciência cristã muito bem definida, você tem parlamentar evangélico, de denominações fortíssimas, que fazem a defesa do aborto aqui no congresso. Então falta essa consciência cristã, de saber qual é o papel dele. Não é de ficar fazendo papel de defesa da sua igreja, mas de ter essa clareza e saber que nós somos sal e que a sociedade vai ser beneficiada com isso. Nessa luta contra o aborto, temos os católicos como aliados, estamos juntos de mãos dadas. Por isto, a partir de abril [2011], o FENASP deixa de ser o Fórum Evangélico e passa a ser Frente Nacional de Ação Social e Política, que vai receber militantes da Igreja Católica e será uma frente cristã no âmbito nacional.

Deve-se esclarecer que o relacionamento é principalmente com os atores políticos vinculados à Renovação Carismática Católica, segmento que também vem estabelecendo ações conjuntas com pastores pentecostais na sociedade civil, principalmente através do movimento *Encristhus* criado em 2008 com apoio da CNBB²⁶.

3. - As demandas dos movimentos homossexuais e o fantasma dos “riscos à liberdade religiosa no país”

Na seção introdutória, mencionei o impacto negativo que a iniciativa de inclusão do tema da diversidade sexual no conteúdo escolar a ser ministrado aos jovens, proposta pelo Ministério da Educação nos primeiros meses do governo de Dilma Rousseff, teve entre os parlamentares evangélicos, obrigando senão a revisão pelo menos a suspensão da iniciativa. Os líderes entrevistados tendem a concordar com as críticas e os encaminhamentos políticos daqueles que representam o segmento confessional no Congresso Nacional. A pastora Sidneia, já citada nesse artigo, mostrou-se preocupada com a educação sexual que vem sendo ministrada nas escolas brasileiras. Segundo a sua opinião,

É uma imposição do governo que quer ensinar para a criança que é normal ser homossexual e que ela tem que aceitar o coleguinha. E se você não tem uma opinião formada a respeito você muda sua opinião. Eu sei, porque fui professora muito tempo e a criança vai pelo lado daquilo que o professor fala. Porque ele é um formador de opinião e se chegar à sala de aula e colocar um vídeo dizendo que aquela atitude é correta, a criança ou adolescente que passa por crise de identidade e está na fase que tem de escolher se é homem ou mulher, vai aceitar. Então o professor tem um papel muito importante na sala de aula, onde ele pode até definir o sexo de uma criança.

Com discursos que expressam um esforço de atualização do pensamento naturalista e do ideário familista, a partir da assimilação de contribuições vindas das perspectivas funcionalistas das ciências sociais e da psicologia, uma significativa parcela das lideranças ouvidas nesse estudo vê nos movimentos feministas e pela diversidade sexual uma séria ameaça para a sociedade. Entre os parlamentares entrevistados, por exemplo, predomina a visão de que a grande presença de homossexuais e feministas na mídia e na máquina do estado constitui num grande desafio para a manutenção dos valores cristãos, pois esses funcionários fazem a opinião pública e tendem a elaborar propostas de políticas educacionais e de saúde que visam os grupos minoritários e desconsideram as necessidades da maioria da população que, além de heterossexual, é cristã.

A importância da temática da homossexualidade para as lideranças entrevistadas fica evidente quando se examina o depoimento de Wilton Acosta, pastor da Igreja Sara Nossa Terra, sobre as origens do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP). De acordo com esse líder, o Fórum

surgiu diante de uma necessidade, que o segmento evangélico tinha naquele momento, de ter uma voz representativa que pudesse externar o pensamento ideológico, vamos dizer assim, dos evangélicos diante dos poderes constituídos. Até porque existia uma série de leis, de propostas, e faltava uma instituição que pudesse criar esse mecanismo [...] Na época existia uma forte discussão da agenda gay e tramitava no congresso um projeto sobre o código civil e o papel da igreja na sociedade. E não tínhamos nenhuma interlocução. Então o FENASP surgiu para representar, para ser uma voz de fato profética, diante dos poderes constituídos e diante da sociedade. Para externar o pensamento cristão evangélico.

É interessante registrar que a menção à “agenda gay” foi feita logo nos primeiros cinco minutos da entrevista e sem nenhum estímulo do pesquisador que naquele contexto só o havia indagado sobre a data de criação e os objetivos do FENASP. Reconhecendo que existe um “grande tabu, uma série de preconceitos e muito pouca informação” no interior dos grupos confessionais evangélicos em torno do tema da homossexualidade, o pastor afirma, entretanto, que prefere evitar as associações do fenômeno com as possessões demoníacas, pois “existe uma série de indicadores científicos que associam a homossexualidade aos abusos sofridos na infância”. Observa-se assim, um esforço do entrevistado, que é formado em teologia, em demonstrar abertura para os discursos que exploram as dimensões sociais e psicológicas da sexualidade humana.

Eles [movimentos LGBT] afirmam que uma pessoa já nasce homossexual, sendo que não existe nenhuma comprovação científica para isso. Eles usam esse argumento para conseguir essas garantias todas diante da legislação e do judiciário. Então, nesse enfrentamento, nosso papel é afirmar o papel da família, o papel da igreja é dizer que é cientificamente comprovado que a criança precisa da figura paterna para o seu desenvolvimento [...].

Acrescentando que “a gente tem tido uma preocupação de não dar a impressão que a nossa grande causa é perseguir os gays” e de que os evangélicos têm uma ação de caráter reativa e pouco propositiva no campo das políticas públicas, esse pastor procura apresentar as iniciativas de seu grupo em relação às demandas do movimento pela diversidade sexual como uma defesa da liberdade religiosa.

Existem diversas iniciativas do executivo e propostas de leis ameaçando a liberdade religiosa. Há o projeto 122 que não pretende combater o preconceito, e sim criminalizar a pessoa ou instituição que se posicionar contrário à prática homossexual. Há um projeto para recolher os livros que forem considerados homofóbicos. Ele não diz que os livros evangélicos e a Bíblia serão recolhidos, mas qualquer livro. A estratégia do movimento é colocar que tem vários homossexuais sendo mortos, mas se for analisar o projeto, ele praticamente só atinge os religiosos. Ele não atinge a violência no seu aspecto abrangente. A proposta é anticristã.

O Projeto de Lei de nº122 foi apresentado em 07 de agosto de 2001 na Câmara Federal pela deputada petista Iara Bernardes com o intuito de ampliar a cidadania dos segmentos LGBT. Propondo a criminalização da discriminação de gênero e orientação sexual, esse projeto acirrou os embates entre os movimentos sociais e as lideranças pentecostais que seguem até os dias de hoje. Se não conseguiram evitar a aprovação desse projeto na Câmara (2006), os políticos desses grupos religiosos conseguiram colocar entraves na sua tramitação no Senado, onde as tentativas de acordo entre os representantes dos segmentos feministas e evangélicos se revelaram até agora infrutíferas.

A agenda dos movimentos LGTBTT é ampla, mas a forte reação à proposta de criminalização da homofobia parece jogar uma cortina de fumaça nas posições nuançadas em relação à união civil de pessoas do mesmo sexo e mesmo à adoção de crianças por parte desses casais. A grande maioria resiste à tentativa de setores da sociedade civil e do Estado de coibir a discriminação com base na orientação sexual,

interpretando a situação como um ataque à livre expressão religiosa. O pastor Geremias Couto da Assembleia de Deus (57 anos) afirmou que

Pra mim não tem problema se eles vivem juntos e que haja uma lei que regulamente não o casamento, mas a união civil, para que eles possam desfrutar o direito de bens que constroem juntos. Não vejo nenhum problema nisso. O que é problemático é essa imposição do projeto de lei 122, porque isso fere nossos direitos. O homossexual tem a liberdade, o direito dele, e eu não tenho que, na minha vida pública, interferir no direito dele. Mas, ele também não pode interferir no meu direito, como cristão e como pai de família, de entender que aquele não é um comportamento pra vida da Igreja e para os meus próprios filhos que vão à escola. Assim, acho errado o Ministério da Educação distribuir uma cartilha nas escolas, como planejavam para ensinar, mostrar, por na mente da criança que aquilo é uma atitude normal. Eu acho que esse não é papel do Estado. Então, essas são questões complexas em relação à democracia.

Neste discurso, os homossexuais são apresentados como um grupo minoritário que pleiteia um tratamento privilegiado em uma ordem social que é marcada pela religiosidade e pela identidade cristã. Mas, ainda assim, as igrejas precisam descobrir novas formas de convivência com estes segmentos homossexuais, argumenta o Presidente da Convenção Evangélica Interdenominacional. Segundo suas palavras,

não é questão de aceitação do homossexual, mas de reaprender a conversar com esse tipo de pessoa. Porque eles não podem ser tratados como os skinheads tratam eles. O pastor vai ter que aprender a fazer uma abordagem com o homossexual. Não é só ignorar ou subir no púlpito e falar que Deus não aceita o homossexual e que os homossexuais não herdarão o reino dos céus. E o pastor tradicional às vezes joga pesado e o pequeno não sabe falar, fala besteira. Então, acho que isso vai causar uma mexida boa na igreja.

Com uma concepção de sexualidade que se assenta nas diferenças anatômicas e na complementariedade dos corpos de homens e mulheres para a reprodução humana, a maioria dos dirigentes religiosos expressa uma visão heteronormativa de um mundo criado por Deus que dificulta, mas não impede as negociações cognitivas com as interpretações de caráter mais social e históricas das condutas humanas. Neste sentido, embora algumas lideranças pentecostais continuem a interpretar a homossexualidade como expressão da interferência demoníaca na vida do indivíduo e como desvio moral, a maior parte dos entrevistados Do presente estudo classifica o fenômeno como uma doença. A “cura”, no primeiro tipo de discurso, requer a ajuda de especialistas do sagrado, já no segundo, resulta do acompanhamento dos profissionais das áreas médicas, psiquiátricas ou psicológicas.

A controvérsia sobre a homossexualidade vem sendo estudada por diferentes autores (Machado e Picollo 2010), mas gostaria de destacar que, com a ampliação do debate público sobre a diversidade sexual, observa-se uma tendência, ainda que tímida, de líderes pentecostais substituírem as interpretações espirituais pelos argumentos de outros sistemas de valores para se falar do tema, evitando também as avaliações negativas sobre a moralidade pessoal dos homossexuais. Assim percebe-se no discurso de algumas lideranças pentecostais que as perspectivas naturalista e jurídica assumem o lugar antes reservado à doutrina cristã. Com formulações que incorporam parcela dos

princípios dos direitos humanos, algumas lideranças exploram as ambivalências do ideário dos movimentos sociais e as inconsistências da proposta de criminalização da homofobia. Na visão desses líderes, o combate à discriminação nos termos do projeto 122 seria incoerente com o próprio ideário do movimento gay, pois torna a homossexualidade um atributo comparável à etnia, ao sexo e as múltiplas formas de deficiência física - cegueira, surdez, etc.- e não uma opção dos sujeitos. De acordo com esse raciocínio, mesmo que a sociedade brasileira admitisse essa comparação teria que fornecer meios adequados para melhorar a qualidade de vida dos que se sentem desconfortáveis com a orientação sexual, como ocorre com os portadores de necessidades especiais. Segundo Arolde de Oliveira, a lei Afonso Arinos que serviu de inspiração para o referido projeto de lei,

estabeleceu regras para a não discriminação, criminalizando comportamentos que ocorrem contra o negro, o branco, o índio, o surdo, o cego... Aí vêm, sutilmente, os homossexuais e se colocam como minoria, com os mesmos direitos daqueles. Mas para se ter os mesmos direitos, o homossexual é um deficiente. Então, ele nasce como homossexual, aí nós temos que achar uma maneira de corrigir, como se faz com um deficiente. Agora, se ele diz que é uma opção sexual não cabe nesta lei. Essa é uma questão simples: se nasceu com a pessoa, é uma doença, vamos dizer assim, entre aspas, então cabe na lei. E aí podemos ter clínicas para pessoas que nasceram homossexuais, pra consertar esse tipo de comportamento, da mesma forma que as outras pessoas que nasceram com deficiência vão para os institutos fazerem tratamento para aprender a andar, a ler e escrever em o braile. Mas aí eles não aceitam...

Os argumentos deste parlamentar não são provenientes do imaginário religioso, mas sim das formulações científicas e jurídicas, algumas delas já contestadas pelas narrativas mais alinhadas às demandas dos movimentos sociais que vêm se fortalecendo nesses dois campos de conhecimento. Não se pode ignorar que as controvérsias ocorrem em todas as esferas culturais e que nos processos de reconfiguração do sistema de valores, os religiosos se apropriam das perspectivas científicas e jurídicas que estão mais próximas de suas tradições. Deve-se acrescentar ainda, que a disputa interna nos próprios segmentos homossexuais - alguns setores assumem a perspectiva do determinismo biológico, enquanto outros preferem destacar a dimensão social da homossexualidade para legitimar suas demandas - favorece a visão de que os LGBTTT constituam um movimento social com discursos e demandas incoerentes. O legislador entende que a classificação da homossexualidade como característica inata é a mais apropriada, mas não descarta a possibilidade das interferências da formação familiar e dos grupos de amizade, advertindo que, em ambos os casos, a sociedade e, em particular as igrejas, podem e devem “ajudar” os que pretendem mudar suas formas de comportamento sexual.

Alguns líderes vêm, entretanto, dialogando com as perspectivas construcionistas das ciências sociais e dos próprios direito humanos, o que tem permitido uma maior reconfiguração dos sistemas de valor dos seus respectivos grupos religiosos. Na visão do Pr. Ricardo Godim,

em um Estado laico, as convicções particulares não podem se impor sobre o direito do outro. Então, a questão dos direitos civis dos homossexuais, as questões da regulamentação das relações estáveis entre homossexuais não

podem ser classificadas com a categoria de promiscuidade. Não tem nada uma coisa a ver com a outra. Essa é uma categoria religiosa ou uma categoria da moral de um segmento religioso, que nem é a maioria no país.

Essas vozes dissonantes que, se por um lado são ainda numericamente reduzidas, por outro, expressam os deslocamentos mais acentuados no campo pentecostal brasileiro e devem ser interpretados também como respostas ao fortalecimento da luta pela diversidade sexual nos últimos dez anos. Deve-se registrar que uma pesquisa realizada recentemente pelo instituto Datafolha, em 160 cidades do país, revela que 69% dos brasileiros entrevistados concordam com a afirmação de que a homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade²⁷. Processo similar foi identificado por Thomas e Olson (2012:243) na sociedade norte-americana, onde também tem ampliado a aceitação da população local em relação à homossexualidade. Segundo estes autores, embora a maioria da elite evangélica norte-americana seja contra a homossexualidade, tem crescido o número dos líderes evangélicos com posições mais tolerantes e com atitudes mais pluralistas em relação aos grupos gays masculinos e femininos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei argumentar neste artigo que os grupos pentecostais e as comunidades evangélicas carismáticas vêm reconfigurando seus sistemas de valores e redefinido suas formas de atuação em virtude dos processos culturais e sociais em curso na sociedade brasileira. A análise realizada demonstra que assim como a questão da representação política da comunidade confessional no parlamento brasileiro, várias temáticas trabalhadas pelos movimentos feministas e homossexuais entraram na agenda de discussão dos grupos evangélicos. A reconfiguração dos valores no campo da sexualidade e da reprodução humana ocorre com a assimilação de argumentos científicos - das áreas biomédicas, jurídica e psicológica - e políticos, gerando diferentes discursos no interior do que classificamos como segmentos pentecostais e igrejas renovadas.

De forma sintética, enquanto a maioria dos líderes disputa ideologicamente com os movimentos sociais e rejeita as demandas das feministas e homossexuais que foram introduzidas na revisão do Programa Nacional dos Direitos Humanos proposta pelo governo Lula, uma parcela pequena dos entrevistados defende que o aborto é um problema de saúde pública e que a controvérsia sobre os direitos dos homossexuais não faz sentido, pois da mesma forma que o divórcio tornou-se aceito na sociedade brasileira, a união civil e demais reivindicações serão incorporadas pouco a pouco em nosso código de leis. Ou seja, vozes dissonantes começam a ser percebidas na imprensa, na mídia televisiva e na rede social das denominações pentecostais.

Em termos práticos, além da valorização crescente da representação do grupo nas casas legislativas, onde as normas legais são definidas, observa-se também a mobilização dos fiéis em passeatas e grandes eventos, assim como a realização de lobbies junto à classe política em geral. Nesse sentido, a estratégia dos movimentos sociais de acionar o Supremo Tribunal Federal para o exame das temáticas da união civil entre pessoas do mesmo sexo e da ampliação do permissivo legal de aborto para o caso de anencefalia desencadeou uma série de reações dos pentecostais na sociedade civil e na esfera política com intuito de sustar as decisões daquela instância do poder judiciário. A maioria dos entrevistados concorda com a atuação parlamentar de seus representantes no Congresso Nacional, interpretando o ativismo judicial como uma

grande ameaça tanto à ordem democrática quanto ao cristianismo. Isto é, “uma tentativa de se implantar uma sociedade pós-cristã”.

O que estes líderes não percebem, é que se o Estado democrático e laico não deve se posicionar sobre a substância das mensagens religiosas, no caso da homossexualidade dizendo se é ou não um pecado, ele pode estabelecer parâmetros para a atuação dos diferentes grupos confessionais na sociedade mais ampla ou definir regras sobre as formas pelas quais essas mensagens podem ser veiculadas junto à população. Se o Estado não pode e não deve se intrometer nas igrejas exigindo o casamento religioso, pode muito bem criar mecanismos jurídicos que atenda a necessidade de proteção aos parceiros do mesmo sexo e reconheça a equivalência das uniões heterossexuais e homoafetivas. Isso advém é claro do que as sociedades consideram como atitudes e valores admissíveis e/ou legítimos na esfera pública e na esfera privada.

O resultado destes embates entre os religiosos e coletivos homossexuais e/ou feministas depende da capacidade de mobilização destes diferentes atores políticos na sociedade brasileira. De qualquer maneira, trata-se das percepções e iniciativas de lideranças religiosas e por mais que as mesmas tenham uma capacidade de influência sobre os/as fiéis, esses/as não são destituídos/as de agência e tendem a selecionar do ideário pentecostal aqueles valores que correspondem às suas necessidades materiais e ideacionais. Nesse sentido, é de se esperar que mudanças nas condições econômicas, educacionais e políticas desses segmentos possam torna-los mais críticos em relação às posições dos dirigentes das igrejas acerca dos papéis de gênero e da sexualidade. A pluralidade de discursos no interior do pentecostalismo é outro fator que pode favorecer esta avaliação crítica das normas e propostas da liderança em questão.

Bibliografia

Berger, Peter; G. Davie y E.Fokas. 2008. *Religious America, Secular Europe? A theme and Variations*. Burlington: Ashagate Publishing Company.

Birman, Patrícia. 2003. “Imagens religiosas e projetos para o futuro”. Pp.235-255 em *Religião e espaço público*, compilado por Patricia Birman. São Paulo: Attar Editorial.

_____.2001 “Conexões políticas e bricolagens religiosas: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos”. Pp.59-86 em *Fiéis & Cidadãos*, editado por Pierre Sanchis. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

Butler, Judith, Jurguen Habermas, C. Taylor, C. West Cornel. 2011. Pp.70-91 em *The Power of Religion in the Public Sphere*. New York: Columbia University Press, edited by Eduardo Mendieta and Jonathan Vantwerpen.

Campos, Leonildo. 2010 “O projeto político do "Governo dos justos": avanços e retrocessos no número de deputados federais evangélicos eleitos em 2006 e 2010”, *Debates do NER*. Porto Alegre. <http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/17642> (acesso 20 de dezembro de 2011).

Casanova, José. 2008. ‘Public religions revisited’, in H. de Vries (ed.), *Religion: Beyond the Concept*. New York: Fordham University Press.

http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/religionseminar_jcasanova.pdf (último acesso 29 de novembro de 2011).

Cortena A., P. Dozonj. P y Pedro Ari Oro. 2003. *Les Nouveaux Conquerants de la Foi: l'Église Universelle du Royaume de Dieu*. Paris, Kartala.

DIAP. “Deputados novos e reeleitos”. <http://www.diap.org.br/images/stories/novos-reeleitos-final.pdf> Acesso em 13/12/2010.

Davie, G. 2012. “Law, Sociology and Religion: Na Awkward threesome”. *Oxford Journal of Law and Religion*. 1 (1): 235-247.

Eisenstadt, Shmuel Noah. 2001 “Modernidades múltiplas”. *Sociologia* 35:139-163.

_____.2008 “The transformations of the religious dimension and the crystallization of new civilizational visions and relations”. Pp. 260-271 en *Religion and Democracy in contemporary Europe*, editado por Gabriel Motzkin y Yochi Fischer. London: Alliance Publishing Trust.

Fonseca, Alexandre Brasil. 2003a. *Evangélicos e Mídia no Brasil*. Bragança Paulista.

_____.2003b “Fé na tela: características e ênfases de duas estratégias evangélicas na televisão”. *Religião & Sociedade* 23 (2):33-52.

_____.2004 “Mídia, religião e política: a evangelização da campanha presidencial” *Logos* 11 (21):186-207.

Freston, Paul. 2011 “Religious Pluralism, Democracy and Human Rights in Latin America”. Pp-101-127 en *Religion and the Global Politics of Human Rights*, editado por T. Banchoff, y R. Wuthnow. Oxford: University Press.

Gauchet, M.2002. *La Democracia contra sí misma*. Santa Fé: Homosapiens Ediciones, 2002.

Gomes, Edilaine de Campos. 2009 “Fé Racional e Abundância: Família e aborto a partir da ótica da Igreja Universal do Reino de Deus”. *Sexualidad, Salud y Sociedad- Revista Latinoamericana* 2:97-120.

Gomes, Edilaine de Campos y Rachel Aisengart Meneses. 2008 “Aborto e Eutanasia: Dilemas Contemporâneos sobre os limites da vida”. *PHYSIS Revista de Saúde Coletiva* 18(1): 77-103.

Habermas, Jurgen. 2007 “Religião na esfera pública...”. Pp.235-278 en *Entre Naturalismo e Religião: Estudos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (trad. de Flávio Siebeneichler).

Hefner, Robert W.1998 “Multiple modernities: Christianity, Islam, and Hinduism in a Globalizing age”. *Annu. Rev. Antropol.* 27:83-104.

Machado, Maria das Dores Campos. 2012 “Aborto e Atvismo religioso nas eleições de 2010”. *Revista Brasileira de Ciências Política* 7:25-37.

_____.2006. *Política e Religião*. Rio de Janeiro: FGV.

_____.2005 “Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais”. *Revista Estudos Feministas* 13(2): 387-396.

_____.2000 “O Tema do Aborto na Mídia Pentecostal”. *Revista Estudos Feministas*: 2001-211.

Machado, Maria das Dores C. y Fernanda Piccolo. 2011. *Religiões e Homossexualidades*. Rio de Janeiro: FGV.

Mariano, Ricardo. 2000. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 1. São Paulo: Loyola.

_____.2001. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____.(2005) “Pentecostais e política no Brasil’ *ComCiência*, vol. 65. <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13.shtml> (last access on 30 June 2007)

Mariz, Cecília L. 1998 “A Opinião dos Evangélicos sobre o Aborto”. Pp. 211-223 en *Novo Nascimento; os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política* , compilado por Rubem César Fernandes; Otávio Velho; Pierre Sanchis; Leandro P. Carneiro; Cecília Loreto Mariz; Clara Mafra. Rio de Janeiro: Mauad.

Martin, David. 1990. *Tongues of Fire The Explosion of Protestantism in Latin America*, Blackwell.

Oro, Ari Pedro. 2002 “A Política Da Igreja Universal E Seus Reflexos Nos Campos Religiosos e Políticos Brasileiros”. Apresentado no GT Religião e Sociedade durante o Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Mimeografado.

_____.2004 “Religiões e Eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004”. En Oro, A P. Debates do NER ano 5 - número 6. Porto Alegre, Editora UFRGS..

Santos, Boaventura de Souza. 2009 “If God was a Human Rights Activist: Human Rights and the challenge of Political Theologies.” En *Law, Social, Justice Global Development*. http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/elj/lgd/2009_1/santos.

Taylor, C. 2011 “Why we need a radical redefinition of secularism”. Pp.70-91 en *The Power of Religion in the Public Sphere*, editado por J. Buttler; J. Habermas; C. Taylor; C. West Cornel. New York: Columbia University Press.

Thomas, J.N. y D. V. Olson. 2012 “Evangelical Elites’ Changing Responses to homosexuality 1960-2009.” *Sociology of Religion* 73:3: 239-272.

Vagione, J.M. 2010 “Desplazamientos estratégicos: reconfiguraciones políticas del activismo religioso conservador”. Trabalho apresentado no Seminário Religião e Cultura na América Latina.UFRJ, Rio de Janeiro.

¹ Agradeço a Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida pelo CNPq para o desenvolvimento do Projeto “Religião e formação de lideranças políticas na contemporaneidade”. Sou grata também ao financiamento do Pentecostal and Charismatic Research Initiative (PCRI) da University of Southern California ao projeto *Pentecostal Leaders in Latin America: Political and Socio-Economic Attitudes*, desenvolvido no Centro de Estudos do Pentecostalismo Latino-Americano.

² Ver, por exemplo, Casanova (2008); Berger, Davies e Fokas (2008); Gauchet (2002); Butler, Habermas, Taylor e West (2011).

³ Os Sem religião também cresceram, passando de 4,8% para 7,4% em 2000 e 8,0% em 2010.

⁴ Na literatura brasileira, são considerados históricos os grupos que se instalaram no Brasil antes do século XX: Luteranos, Batistas, Presbiterianos, Metodistas, entre outros.

⁵ Ver Birman (2003 e 2001); Mariano (2001 e 2000); Fonseca (2003.a); Machado(2003).

⁶ Impulsionando este processo encontravam-se as igrejas neopentecostais criadas a partir dos anos 70 e que atraíam milhares de fiéis com as promessas de cura e de resolução de problemas, assim como com a Teologia da Prosperidade que promovia um deslocamento das expectativas milenaristas de salvação para uma vida de graças no presente e favorecia a inserção dos pentecostais na política partidária e no universo das telecomunicações.

⁷ Ver Machado (2003.b); Fonseca (2004) e Campos (2010); Mariano (2005).

⁸ Sobre o protagonismo da Igreja Universal do Reino de Deus nesse processo ver Corten et ali (2003).

⁹ Pelo menos trinta e dois desse subconjunto de deputados já exerciam mandato naquela casa legislativa.

¹⁰ Tais como: o Programa “Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual” (2004); a instalação de uma Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto(2005); a realização de uma Audiência Pública sobre o Aborto (2007) e da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e direitos humanos de LGBTT (2008).

¹¹ Segundo Vaggione (2010), o termo ativismo conservador “permite enfatizar el proposito central que es el de influenciar las políticas publicas y las legislaciones. Son sectores que no sólo pretenden defender una cosmovisión específica sobre la sexualidade y la familia, a la que cosntruyen como amenazada por el feminismo y la diversidad sexual sino que se movilizan activamente por lograr que el derecho y las políticas públicas recepten esta definición.”

¹² Ver, por exemplo: Oro (2004 e 2002) e Machado (2006).

¹³ A equipe da pesquisa *Pentecostal Leaders in Latin America* era constituída pelos professores Paul Freston, Joanildo Burity e por mim; os doutorandos Laura Machado e Robson Souza e das bolsistas PIBIC/UFRJ: Maria Rita Galhardo e Anna Paula Coimbra.

¹⁴ As entrevistas foram realizadas por Paul Freston, Maria das Dores Campos Machado e os doutorandos Robson Souza, Laura Machado.

¹⁵ Assembleia de Deus (17);Batista Renovada (11);Betesda (2);Bola de Neve (1);Brasil Para Cristo (2);Comunidades Evangélicas(5);Comunidades Terapêuticas (2);Cruzada Mundial de Missões (1); Igreja Cristã Nova Vida (2);Igreja Apostólica Internacional (1);Igreja do Evangelho Quadrangular (4);Igreja do Nazareno (1);Igreja Missionária Evangélica Maranata (1);Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1);IURD (2);Ministério Koinonia (1);Nova Vida (2);Presbiteriana (3);Sara Nossa Terra (1).

¹⁶ Essa entrevistada recebeu censura pública do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro em 2007, por oferecer tratamento psicológico aos homossexuais, decisão posteriormente confirmada pelo Conselho Federal de Psicologia (2009).

¹⁷ Entrevista realizada em 08/02/2011.

¹⁸ <http://www.youtube.com/watch?v=5zOldWEbx2c&feature=youtu.be>

¹⁹ <http://www.providafamilia.org.br/doc.php?doc=doc56222>

²⁰ Mariz (1998), Gomes e Menezes (2008) e Gomes (2009).

²¹ Entrevista realizada em Brasília em 08/02/2012.

-
- ²² Vinculado à Igreja Internacional da Graça de Deus e um dos representantes do Estado de São Paulo naquela legislatura.
- ²³ O [PL 1135/1991](#) foi apresentando pelos deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling. Ver o site a seguir: <http://www.camara.gov.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=17828>.
- ²⁴ Entrevista realizada em São Paulo em 10/08/2012.
- ²⁵ Entrevista realizada em Brasília em 07/02/2012.
- ²⁶ O objetivo do movimento é “favorecer o encontro de evangélicos e católicos, que desejam buscar a santidade e a unidade fraternalmente, movidos pela efusão do Espírito Santo que experimentam em suas Comunidades. Este encontro tem um sentido espiritual, discipular, bíblico e apostólico. Não se trata de uma “comissão” interconfessional, nem de uma instância representativa dos dirigentes das Comunidades participantes – embora algumas se fazem representar por presidentes, bispos ou delegados oficiais. Trata-se, sobretudo, de um encontro de irmãos e irmãs que se reconhecem chamados pelo Senhor Jesus Cristo a uma vida de santidade e unidade, conforme o Evangelho”. http://www.enchristus.com.br/dinamic/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=56
- ²⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1206138-tendencia-conservadora-e-forte-no-pais-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 26/12/2012.